

# A LIBERDADE CÍVICA NO LIVRO I DOS *DISCORSI* DE MAQUIAVEL<sup>1</sup>

ANTONIO VALVERDE

**Abstract:** Based on the primordial model of Roman Republic, as Titus Livy describes it, Machiavelli traces the theoretical and practical achievements of Florentine civic Humanism (Petarca, Salutati, Bruni, Alberti). He brings on its core point: the inheritance of the conception of *libertá* and its contemporary influence. Thus, the problem of civic freedom is to be found disseminated throughout the *Discorsi*, consubstantiating one of the paramounds of modern political theory.

*A Maurício Tragtenberg (05.11.1929 – 17.11.1998)*

O problema da liberdade cívica está disseminado, como subsolo fecundo, por todos os *Discorsi*. Já na apresentação do livro, Maquiavel se posiciona de modo a ressarcir a imagem anti-republicana, quiçá implicada na dedicatória de *Il Principe*. No mesmo passo ousa seduzir os jovens cidadãos – cuja orientação política de início republicana – encontram-se propensos a utilizar da *força* para resolver *de vez* os dilemas e “eternos” conflitos da política florentina. Porém, com a habilidade peculiar, Maquiavel adequa o *discurso* de modo a sugerir um reexame do passado, exercício tão conhecido dos renascentistas, mas de modo problematizante. Se se vinha tentando temerariamente reexaminar o passado, sem nada de prático aprender com ele, para Maquiavel a única forma precisa e capaz de escapar do imobilismo político contemporâneo era aprender verdadeiramente com o passado. Como? Revendo e desvelando a história de Roma, pela pena de Tito Lívio, e transpô-la à medida do possível para as situações vividas dramaticamente por Florença, naqueles dias. Nesta operação,

---

Antonio José Romera Valverde é Professor de Filosofia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Fundação Getúlio Vargas-SP.

1. O presente artigo é fruto da pesquisa “O problema da liberdade no Livro I dos *Discorsi* de Maquiavel”, financiada pelo NPP da FGV-SP, 1998.

Maquiavel finda por deslocar o centro das atenções das instituições políticas florentinas para as romanas. Porém, trata-se de uma interpretação de Maquiavel, que conjugando observação dos fatos hodiernos e exercício de imaginação, acaba engendrando um dos fundamentos da origem política dos conceitos políticos modernos.

Os *Discorsi* principiam com o levantamento dos vários tipos de fundação livre – da dominação de outros povos – que uma cidade poderia ter. Assim, os capítulos iniciais (1, 2, 3 e 10) do Livro I dos *Discorsi* apresentam o problema crucial da fundação, em que a questão da liberdade cívica encontra-se entrelaçada. Tema, enquanto retórica, bastante familiar à época. De saída, Maquiavel enquadra a situação de Florença, que pelo quase nulo progresso de suas instituições, força a lembrança do fato de ter tido uma fundação sem liberdade e atrelada à expansão de outro povo – o romano. O exame das condições atuais da cidade e a derivação do passado, é o suficiente para tal perspectiva. Se cidades fundadas em liberdade puderam expandir e percorrer o caminho da potência, com grandeza e glória, outras, tal qual Florença, que não nasceram livres, em geral não puderam expandir-se. Como a dizer: *o começo é mais que metade do todo*, o fator liberdade cívica é fundamental, pois uma vez amealhado na fundação magnífica de uma cidade, é o aval quase completo da conservação do mesmo no processo de expansão da cidade. Maquiavel explora, então, o contraste entre Florença e Roma, esta tomada como modelo de república livre, e neste intento não só faz compreender seu próprio tempo em confronto com a Antigüidade, como deixa claro que os humanistas – Petrarca, Salutati, Bruni, Alberti – não conheciam, verdadeiramente, as origens de Florença, como, no mesmo passo, projeta compreender “a política pelo estudo de suas formas mais perfeitas.”<sup>2</sup>

Contudo, “o contraste mais importante desse primeiro capítulo não é, no entanto, entre Maquiavel e os humanistas, mas entre Roma e Florença”.<sup>3</sup> E Maquiavel, acrescentará àquele caldo a questão da tensão das “discórdias civis”, nos *Discorsi* e das “intrínsecas inimizades”, nas *Istorie Fiorentine*, como condição *sine qua non* da realização da liberdade cívica.

2. BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel republicano*, S. Paulo, Loyola, 1991, p. 79. Sobre as origens coloniais de Florença, conferir “Benefícios que as antigas repúblicas tinham ao fundar colônias”, e “Origem de Florença e de seu nome”, In MAQUIAVEL, N. - *História de Florença*, São Paulo, Musa, 1994, p. 73/76.

3. BIGNOTTO, Newton. *Op. cit.*, p. 79.

Maquiavel principia o capítulo 2<sup>4</sup> com a especificação das cidades que nasceram livres. Classifica aquelas que puderam contar com o beneplácito de um bom legislador desde o começo, como é o caso de Esparta, mantendo-se em paz por um longo período, e daquelas que, como Roma, constituíram-se “através de caminhos difíceis e por vezes obscuros”, forçando a reflexão acerca da importância dos legisladores e das leis no momento da fundação das cidades. Se a exploração do texto sugeria, inicialmente, a reflexão e análise acerca das repúblicas bem constituídas, Maquiavel volta sua atenção para Florença, que tentou ao longo de sua história corrigir os rumos tortuosos de sua constituição. Em seguida, expõe o ciclo das transformações das constituições, “sua teoria da história.”<sup>5</sup> Neste ponto, mesmo sem citar, Maquiavel assimila em grande parte a concepção dos ciclos históricos de Políbio.<sup>6</sup>

Para tanto retoma *classicamente* o problema: “Para descrever as formas que assumiu o governo de Roma, e o conjunto de circunstâncias que o levaram à perfeição, lembrarei (como os que escreveram a respeito da organização dos Estados) que há três espécies de governo: o monárquico, o aristocrático e o popular; os que pretendem estabelecer a ordem numa cidade devem escolher, dentre estas três espécies, a que melhor convém a seus objetivos.”<sup>7</sup> A aproximação com o enfoque de Políbio é sugerida, sinteticamente, ao escrever que outros “menos esclarecidos, e seguindo a opinião geral, acham que há seis formas de governo, das quais três são essencialmente más; as três outras são em si boas, mas degeneram tão facilmente que podem também tornar-se perigosas. Os bons governos são os que relacionei anteriormente; os maus, suas derivações. E se parecem tanto aos primeiros, aos quais correspondem, que podem facilmente ser confundidos com eles.”<sup>8</sup> Apertando o foco sob sustentação polibiana,

4. “Vou abster-me de falar das cidades cuja fundação se deve a um outro Estado; tratarei somente daquelas que surgiram livres de qualquer dependência estrangeira, tendo sido autogovernada, desde o início, como repúblicas ou como monarquias – embora, devido a esta dupla origem, tenham tido leis e constituição diferentes.” In Maquiavel, N. Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio (*Discorsi*), Brasília, UnB, 1979, p. 23. Doravante as citações extraídas dos Comentários nomearei, simplesmente, por *Discorsi*.

5. BIGNOTTO, Newton. *Op. cit.*, p. 80.

6. A propósito, conferir “Políbio e Machiavelli”, In GARIN, Eugenio. *Machiavelli fra Politica e Storia*, Torino, Einaudi, 1993, p. 3/28.

7. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 24

8. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 24. Acerca dos ciclos da ruína e corrupção das repúblicas ou monarquias, ver MAQUIAVEL, N. *História de Florença*, Livro V, cap. I, p. 223/224. Se

conclui: “a monarquia se transforma em despotismo; a aristocracia, em oligarquia; e a democracia em permissividade. Em conseqüência, todo legislador que adota para o Estado que vai fundar uma destas três formas de governo, não a mantém por muito tempo; não há o que a possa impedir de precipitar-se no tipo contrário, tal a semelhança entre a forma boa e a má.”<sup>9</sup> Do que inferirá com propriedade a favor da *forma mista de governo*: “Este é o círculo seguido por todos os Estados que já existiram, e pelos que existem. Mas raramente se retorna ao ponto exato de partida, pois nenhum império tem resistência suficiente para sofrer várias vezes as mesmas vicissitudes. Acontece muitas vezes que, no meio destes distúrbios, uma república, privada de conselhos e de força, é tomada por algum Estado vizinho, governado com mais sabedoria. Se isto não ocorrer, um império percorrerá por muito tempo o círculo das mesmas revoluções (*mutazioni*). Para mim, todas estas formas de governo são igualmente desvantajosas: as três primeiras, porque não podem durar; as três outras, pelo princípio de corrupção que contêm. Por isto, todos os legisladores conhecidos pela sua sabedoria evitaram empregar exclusivamente qualquer uma delas, reconhecendo o vício de cada uma. Escolheram sempre um sistema de governo de que participavam todas, por julgá-lo mais sólido e estável: (e conclui) se o príncipe, os aristocratas e o povo governam em conjunto o Estado, podem com facilidade controlar-se mutuamente.”<sup>10</sup>

---

para o humanismo renascentista bastava o princípio “*virtù vince fortuna*”, para Maquiavel a realidade da ação política mostra sempre os limites pontuais desta idealização, frente os ciclos dos regimes políticos. A propósito Skinner escreveu: “...com a perda da fé na força da *virtù*, a grande tradição do republicanismo italiano foi chegando ao fim. Os começos deste declínio já se podem notar em Maquiavel, ao aceitar a idéia – fatalista, em última análise – de que, apesar dos melhores esforços dos estadistas, existe um ciclo inexorável de crescimento e decadência pelo qual todos os Estados têm de passar. No *Príncipe* não encontramos sinais dessa visão determinista da condição humana, mas os *Discursos* começam expondo, no pormenor, essa teoria polibiana dos ciclos inevitáveis. Maquiavel afirma que todas as Repúblicas originalmente são governadas por príncipes que, tornando-se hereditários, degeneram em tiranos, e em conseqüência suscitam conspirações dos aristocratas contra o seu poder. (...) Maquiavel acredita, é claro, que esses estágios de corrupção e decadência, embora inevitáveis, possam ser retardados pela instituição de uma forma mista de governo republicano, porque essa permite combinar-se as forças das três formas ‘puras’ de governo sem as respectivas fraquezas.” SKINNER, Quentin. *Fundamentos da Política Moderna...*, S. Paulo, Cia. das Letras, 1997, p. 207.

9. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 24.

10. \_\_\_\_\_, — *Discorsi*, p. 26.

Da pressuposição de que só as instituições primeiras, no momento mesmo da fundação, “determinam a essência de uma república”, Maquiavel passa ao caso romano, em que as dificuldades primordiais têm relevância, pois se cidades com instituições defeituosas de início, não conseguem operar as transformações necessárias, outras existem, como Roma, que conseguiram remodelar-se até o limite da perfeição, para além de todas as adversidades.<sup>11</sup>

A república tida como perfeita, a mista, que assegura plenamente a liberdade e mantém a luta entre as classes sociais em constante tensão, pode resultar do processo interno de transformação de suas instituições. Para tal concorreriam “instituições não muito distantes das de uma verdadeira república”, como quer Bignotto. O que seria possível de acordo com Maquiavel, porque mesmo vivendo sob uma monarquia, “Rômulo e todos os demais reis promulgaram numerosas (outras) leis, excelentes para um governo livre.”<sup>12</sup> Porém, alguns intérpretes quiseram – com excesso de ênfase – deduzir daí que a liberdade para Maquiavel associava-se à monarquia; outros preferiram esperar pelo desenvolvimento dos seus *discursos* até identificar o pleno exercício da liberdade somente com o regime da república mista. Se é na *república mista* que haveria a institucionalização da liberdade cívica, ela pode existir contudo em potência sob qualquer forma institucional. O próprio Maquiavel fornece o modelo: a monarquia romana. Contudo, Roma pode ser tomada como exemplar não porque tenha tido uma fundação perfeita, mas, sobremaneira por ter tido habilidade

11. Para Giuseppe Santonastaso, o único pólo utópico na obra de Maquiavel é o reconhecimento da perfeição da república romana. Em Roma, a separação entre povo e poderosos, facilitou o caminho para a perfeição das leis. “A república, retendo os cônsules e o Senado, representou a princípio a mistura de duas das três formas mencionadas: a monarquia e a aristocracia. Só faltava introduzir o governo popular... A sorte favoreceu Roma de tal modo que, embora tenha passado da monarquia à aristocracia e ao governo popular, seguindo a degradação (...), o poder não cedeu toda a sua autoridade para os aristocratas, nem o poder destes foi todo transferido para o povo. O equilíbrio dos três poderes fez assim com que nascesse uma república perfeita. A fonte desta perfeição, todavia, foi a desunião do povo e do Senado...” In MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, Livro I, cap. 2, Brasília, UnB, 1979, p. 27.

12. \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Discorsi*, p. 27. Acerca da forma mista de governo (governo misto) ver “Il ‘Discursus’ di Niccolò Machiavelli”, In SILVANO, Giovanni - ‘Vivere civile’ e ‘Governo misto’ a Firenze nel primo cinquecento, Bologna, Patron, 1985, p. 91/ 109. Acerca do “vivere liberi” e do “stato misto”, conferir o capítulo “Principi della scienza politica”, In SANTONASTASO, Giuseppe. *Machiavelli*, Milano, Fratelli Bocca, 1947, p. 85/ 105.

política bastante para operar as difíceis, necessárias e oportunas transformações políticas.

Utilizando o juízo de Savonarola acerca da natureza humana, responsável pelo fato dos florentinos fracassarem na restauração da paz civil, Maquiavel objetivando dar um caráter universal a seu discurso, recorre ao tema da “maldade natural dos homens”, renunciando às abordagens dos humanistas cívicos florentinos para o tema. Tendo como pano de fundo as relações entre o povo e os nobres romanos, após a expulsão dos Tarquínio,<sup>13</sup> sob o temor de sua volta, Maquiavel afirmou: “Como demonstram todos os que escreveram sobre política, bem como numerosos exemplos históricos, é necessário que quem estabelece a forma de um Estado, e promulga as suas leis, parta do princípio de que todos os homens são maus, estando dispostos a agir com perversidade sempre que haja ocasião. Se esta maldade se oculta durante um certo tempo, isso se deve a alguma causa desconhecida, que a experiência ainda não desvelou; mas o tempo – conhecido justamente como o pai da verdade – vai manifestá-la.”<sup>14</sup>

Num rasgo de estoicismo à romana, Maquiavel arremata que “a fome e a pobreza fazem os homens industriosos, e as leis os fazem bons.” Resta saber como é possível combinar a questão da elevação humana pelas leis com o problema da *maldade natural* dos homens. A resposta plausível é que as leis ocupam o lugar dos Tarquínio, pois por natureza também os homens temem a morte, o que os faz desejar algo para além dos interesses pessoais mais imediatos. Assim, Roma seria o modelo político mais adequado, pois soube transformar o medo na melhor oportunidade de criação de uma sociedade política superior – a república, plena de liberdade, com leis fortes e instituições capazes da manutenção dos distúrbios entre o Senado e o povo. Porém, Florença, que teve nos Medici os seus Tarquínio, não teve como livrar-se das famílias dominantes, ligadas àquele clã, operando em realidade um regime oligárquico. Se Florença considerava os embates sociais internos como a causa de sua desgraça, e, este

13. “Depois da expulsão dos Tarquínio, parecia reinar a maior concórdia entre o povo e o Senado; os nobres, despojados do seu orgulho, pareciam revestir-se de disposição popular, o que os tornava aceitáveis mesmo às classes mais modestas. Esta aparente união durou, sem que se soubesse por que, enquanto os Tarquínio viveram. A nobreza, que os temia, tinha medo também que o povo, ofendido, dela se afastasse; por isto o tratava com moderação.” In MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 29.

14. MAQUIAVEL, N. - *Discorsi*, p. 29.



seria um dos poucos itens em que todos concordavam, Maquiavel tomará o rumo oposto e declarará que a desunião entre Senado e povo transformou Roma numa república livre e em expansão constante.<sup>15</sup> Mais ainda, contrariando os que criam que a virtude e a força romanas eram fruto de sua boa milícia e da *buona fortuna*, o florentino assegura que o sucesso romano encontrava sua fonte na *buona ordine*, as boas leis, calcadas no desenvolvimento das discórdias entre o Senado e o povo, porque os tumultos, os levantes, as sedições internas, foram a causa primeira da liberdade em Roma.<sup>16</sup>

Enxergar os conflitos internos das cidades como fator negativo para a política, estendia-se por toda tradição política italiana, do “trecento” e do “quattrocento”. Ao posicionar-se em favor das “discórdias civis”, Maquiavel redimensiona o problema da liberdade cívica, pois esta deve ser pensada tomando em consideração os conflitos internos das cidades e as “intrínsecas inimizades”. Acrescente-se a isto o fato de que as leis e as instituições deveriam ser revistas. A propósito Maquiavel escreveu: “Não se pode de forma alguma acusar de desordem uma república que deu tantos exemplos de virtude, pois os bons exemplos nascem da boa educação, a boa educação das boas leis, e estas das desordens que quase todos condenam irrefletidamente. De fato, se se examinar com atenção o modo como tais desordens terminaram, ver-se-á que nunca provocaram o exílio, ou violências prejudiciais ao bem público, mas que, ao contrário, fizeram nascer leis e regulamentos favoráveis à liberdade de todos... E concluiu: o desejo que sentem os povos de ser livres raramente prejudica a liberdade, porque nasce da opressão ou do temor de ser oprimidos.”<sup>17</sup> A liberdade

15. A propósito, conferir MAQUIAVEL, N. *História de Florença*, São Paulo, Musa, 1994, p. 133/134. Ainda a propósito das discórdias civis, conferir no Livro II, cap. 5, da História de Florença, o discurso de um senhor anônimo, personagem imaginária, da qual Maquiavel lança mão para colocar em sua boca a sua (verdadeira) declaração política, entre as páginas 137 e 140 da edição nacional. Destaque para o enfoque da corrupção, discórdia, partidos Guelfos e Gibelinos, depois Brancos e Pretos, que com uma deixa interessantíssima conclui o discurso: “... atribuí as antigas desordens não à natureza dos homens, mas aos tempos, que tendo mudado, permitem tenhais esperanças que a vossa cidade, mediante melhores ordenamentos, tenta melhor fortuna”. Idem, p. 140.

16. Conferir In MAQUIAVEL, N. - *Discorsi*, p. 31. A propósito da “Disunione della plebe e del Senato” fanno “la república più perfetta”, conferir In SCAGLIA, Giovanni Battista - *Machiavelli: passione e rischio della politica*, Roma, Studium, 1990, p. 139/151.

17. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 31/32.

maquiaveliana é o resultado de um processo de luta, que não é extinto pelas forças do tempo nem ao menos pelas forças humanas. As discórdias, núcleo central da existência de desejos polarizados na cidade, engendram as maiores e melhores instituições civis, pois como quer o pensador florentino, existem “em todos os governos duas fontes de oposição: os interesses do povo e os da classe aristocrática. Todas as leis para proteger a liberdade nascem dessa desunião...”<sup>18</sup>

Assim, a maldade natural dos homens não passa, certamente, de diferença de opiniões... Com as duas forças em luta na cidade, o povo e os nobres, que buscam fins diferenciados entre si, o resultado iniludível é “que a liberdade não é um meio termo estático que satisfaz os desejos dos dois oponentes. Tal fim é absolutamente impossível de ser alcançado por dois adversários que têm o mesmo objetivo. A liberdade, mais do que uma solução permanente para as lutas internas de uma cidade, é o signo de sua capacidade de acolher forças que, não podendo ser satisfeitas, não deixam de buscar meios de se exprimir.”<sup>19</sup>

Maquiavel elogia a pletera de vida da sociedade tumultuária, plena de levantes espontâneos ou previsíveis, que por inexistir a possibilidade de sua extinção, garante sempre a possibilidade da liberdade, que é o resultado dos conflitos em andamento.

Se o subsolo destas últimas colocações remete o leitor diretamente para o capítulo 4 dos *Discorsi*, porém, é preciso considerar que no 37, Maquiavel reconhecerá que os distúrbios de Roma, ao tempo da promul-

18. \_\_\_\_\_, \_\_. *Discorsi*, p. 31. É oportuno atentar para as considerações de Lefort acerca dos nexos entre desunião e liberdade: “... Observons déjà que Machiavel ne dit plus seulement que la desunion a conduit Rome à sa perfection; il la met au fondement de la liberté. Or le terme n’a plus le sens que lui donnait le premier chapitre, quand, parlant de l’origine des cités, l’auteur opposait liberté et servitude. La désunion, entendons-nous, n’a pas seulement préservé l’indépendance de Rome, elle a établi en elle la liberté, soit un régime tel que le pouvoir n’y peut être accaparé ni par un homme, ni par une faction. Le régime de liberté apparaît donc comme celui-là même de la loi; ou, à rigoureusement parler, comme celui dans lequel les lois sont rapportées à leur fondement. Ainsi s’éclaire la comparaison établie entre les Tarquins et le Tribunat. Appréciée en regard de la menace que les Grans font peser sur le peuple – et sur l’État –, leur fonction est identique; mais le régime tyrannique s’avère profondément étranger à la République, aussitôt qu’on aperçoit en l’un l’expression achevée de l’appropriation de l’État par un particulier, et, en l’autre, celle de l’anonymat du pouvoir.” In LEFORT, Claude. *Le travail de l’oeuvre Machiavel*, Paris, Gallimard, 1986, p. 475.

19. BIGNOTTO, Newton. *Op. Cit.*, p. 86.



gação da lei agrária, de valor retroativo, fizeram a cidade ofuscar a liberdade cívica. Deste exemplo se conclui que as leis devem ser capazes de esconjurar os ódios nascidos das lutas políticas, canalizando os conflitos para os mecanismos institucionais, de modo oportuno e adequado. Maquiavel reconhecerá: “Assim se originou e findou a lei agrária; e se o que digo aqui sobre os seus efeitos parece contradizer o que demonstrei alhures (que a inimizade entre o povo e o Senado de Roma contribuiu para manter sua liberdade), direi que não é assim. A ambição dos poderosos é tal que se num Estado se procura esmagá-la sem piedade, por todos os meios e modos, ela o arrastará na sua queda. Se bem seja verdade que a lei agrária quis escravizar Roma durante três séculos, a cidade se teria perdido antes se o povo, por meio dessa lei e de outras reivindicações, não houvesse conseguido refrear a ambição dos nobres.”<sup>20</sup> E ao lembrar a fragilidade da república, Maquiavel força a análise da situação de Florença tomando em conta as mesmas possibilidades. Como inexistente qualquer idealização da república romana, nem elogios aos conflitos sociais a qualquer custo, como conseqüência a paz e a estabilidade não podem ser vistas como o objetivo último da ação política, como queriam os humanistas cívicos florentinos. Destarte, o universo da política aparece sob os olhos de Maquiavel como constante tensão e permanente mutação.

Contudo, o núcleo central de todo o enfoque acerca da liberdade cívica encontra-se, sobremaneira, nos capítulos 16, 17 e 18, do Livro Primeiro. No primeiro deles, Maquiavel faz a seguinte proposição: “Se um povo habituado a viver sob um príncipe ganha acidentalmente a liberdade, tem dificuldade em mantê-la”. Frente a nada hipotética situação, Maquiavel lembra o sucedido em Roma após a expulsão dos Tarquínio, como exemplo salutar. Como quer o florentino, se trata de uma “dificuldade que se deve à seguinte razão: um povo nesta situação é como um animal vigoroso que, embora feroz por natureza, e nascido na floresta, tivesse crescido numa jaula; posto casualmente em liberdade, em pleno campo, não saberia encontrar alimento, nem abrigo, tornando-se presa do primeiro que quisesse outra vez capturá-lo.”<sup>21</sup> E prossegue garantindo que é “o que acontece com um povo acostumado a viver sob leis alheias;

---

20. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 127.

21. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 73.

não sabendo garantir sua própria defesa, nem defender a coisa pública dos atentados inimigos, cairá logo sob um jugo muitas vezes mais intolerável do que aquele do qual se libertou.”<sup>22</sup> Mas isto ocorre quando tal povo se encontra completamente corrompido, e, conseqüentemente, a liberdade não pode vingar. É o que se dá nas nações em que o correto encaminhamento do bem público sobrepõe-se ao mal encaminhamento, nelas o Estado acaba por recobrar a liberdade, mas com tremenda dificuldade, pois encontrará “inimigos engajados”, que são os que tiravam vantagens da situação anterior, e *apoiadores não engajados*. Tal acontece porque o Estado fundado sob a liberdade (por extensão sob a igualdade, e vice-versa) só reconhece privilégio e dá prestígio aos cidadãos que são merecedores de tal honraria. E o legítimo merecedor não necessariamente deve ser grato.

Além disto, as vantagens da liberdade cívica quando possuídas não são palpáveis ou visíveis a olho nu. Como para Maquiavel não há gratuidade em política, “ninguém jamais confessará gratuitamente que é devedor de quem não o agride”. Neste ponto, ele é enérgico em seus argumentos para não deixar dúvidas acerca da dificuldade de instaurar (restaurar) a liberdade num Estado: por isto, “todo novo governo que seja livre terá como inimigos pessoas engajadas. Para remediar esta dificuldade, e as desordens que provoca, não há meio mais poderoso, mais eficaz e necessário do que matar os filhos de Brutus (os quais, como a história nos ensina, só não foram arrastados com outros jovens romanos a conspirar contra a pátria porque não podiam mais prevalecer-se, sob os cônsules, de um poder ilegítimo). Ao que concluiu, dramaticamente, justificando o seu argumento: ‘A liberdade do povo era para eles como que uma servidão’.”<sup>23</sup>

Se não é possível governar com segurança tendo como inimigos uma multidão, logo o governante terá de usar massivamente a força, o que acaba por enfraquecer o poder, quando o mais correto é ganhar-lhes a afeição. Em *Il Principe* este problema está posto no capítulo XIX, em que se aprecia o que é mais adequado: ser amado ou ser temido (odiado) pelo povo. Se naquele livro Maquiavel toma partido do temor, nos *Discorsi* o ser (ou fazer-se) amado prepondera. Sendo assim, o governante deve

---

22. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 73.

23. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 74.

procurar saber o que o povo deseja, por mais perigosa e irresponsável que seja esta *enquête*. O próprio Maquiavel adianta a resposta: em primeiro lugar o povo quer vingar-se de quem lhe tirou a liberdade; e em segundo, recuperá-la. “Não podendo contentar senão em parte o desejo que têm os povos de recobrar a liberdade perdida, o príncipe deve examinar as causas deste desejo: verá então que um pequeno número deseja a liberdade para poder comandar, mas um número infinitamente maior de cidadãos quer a liberdade apenas para poder viver em segurança.”<sup>24</sup> A primeira bem pode ser satisfeita, porém a liberdade deve, se possível, ser restituída, mas somente em parte. “Quanto aos primeiros, qualquer que seja a forma como se organize a república, no máximo quarenta ou cinquenta cidadãos podem alcançar o poder – um número bem reduzido.”<sup>25</sup> Ocorre, secunda o pensador florentino, que sempre haverá poucos exigindo a liberdade “para comandar” e uma infinidade de cidadãos almejando viver em segurança, mesmo que isso implique em ausência de liberdade. Maquiavel, fino psicólogo, parece tentar desatar o nó górdio do problema de reaver a liberdade cívica, posto naquela quadra do Livro Primeiro dos *Discorsi*. De novo, a cantilena realista aponta para o fato de que aqueles poucos podem ser mortos ou satisfeitos com honrarias, enquanto os segundos exigem leis e instituições que assegurem a existência pacífica em segurança. Frente a este dilema, o governante deve convencer plenamente o povo de que não irá violar as novas leis, advindo daí talvez o costume (simbólico) de jurar sobre um exemplar da Constituição e das *Sagradas Escrituras*. Resta saber quem modela quem, se o governante modela o povo, ou se, republicaneamente, o povo modela o governante à sua imagem e semelhança.

O retorno sisífico a Roma, fornece uma indicação para a solução do problema. Somente o povo não corrompido absolutamente pode desejar que a liberdade seja recobrada. Roma e o povo romano só recobram a liberdade depois da morte (simbólica ou não) dos filhos de Brutus e da expulsão dos Tarquínio, e sua consolidação foi possível, porque o povo ainda não estava corrompido. Em outras palavras, cortou-se pela raiz a corrupção dos governantes, na hora azada, antes que pudesse ter chegado até o povo. Situação que mais tarde, ao tempo dos Graco, não será possível ser

---

24. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 75.

25. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 75.

contida, e Roma perderá sua liberdade, como lamentam Tito Lívio e Maquiavel.<sup>26</sup>

A resposta aos dilemas e proposituras do capítulo 16 transfigura-se no posterior: “Um povo corrompido que recobra a liberdade só com grande dificuldade poderá manter-se livre.” Maquiavel traz dilematicamente o assunto para os domínios exemplares da história romana. “A meu juízo, ou Roma deixaria de ter reis ou necessariamente recairia, em pouco tempo, numa tal fraqueza que passaria a ser um Estado sem importância. Se considerarmos o grau de corrupção a que tinham chegado seus monarcas, veremos que teria sido impossível remediá-la caso tivesse havido dois ou três outros reinados, e o mal se alastrasse aos membros da coletividade, depois de dominar sua cabeça. Mas, como esta foi decepada quando o tronco estava ainda intacto, foi possível manter a ordem e a liberdade.”<sup>27</sup>

Maquiavel torna-se enfático ao afirmar que a cidade corrompida, “que vive sob o domínio de um príncipe, não recobrará jamais a liberdade, ainda que o príncipe e sua raça sejam destruídos.”<sup>28</sup> A cidade deverá fatalmente destronar o governante desregrado, passar pelos mais diversos monarcas, até que apareça um outro “mais virtuoso e esclarecido”, que a liberte – benefício este que não se estenderá por mais tempo do que o da vida do libertador.”<sup>29</sup> Logo, será preciso mais de um governante com as qualidades elencadas, que dedique praticamente toda a vida para a reconstrução da liberdade cívica na cidade. Não tem conhecimento, hipoteticamente ao menos, “se já se viu tal prodígio, ou mesmo se ele é possível. Se acontecesse de uma cidade arruinada pela corrupção se recuperar da sua queda, este benefício só poderia ser atribuído à virtude de um homem, e não à vontade geral que o povo pudesse ter em favor de boas

---

26. Esse “percurso sinuoso, que vai da problemática da fundação, passando pelas críticas à igreja, até a afirmação da corrupção como empecilho maior para a vivência da liberdade, desfere um golpe mortal nos humanistas, que viam na liberdade um bem adorado por todos. Maquiavel destrói o mito florentino da liberdade mostrando que, ao contrário do que acreditavam os escritores do passado, a liberdade é sempre objeto de críticas violentas, e de escassa defesa da parte daqueles que por ela são beneficiados. Isso explica porque os legisladores são obrigados a atemorizar os homens para solidificar sua obra, por que a conservação de uma república implica uma ação contínua na cidade”. Bignotto, Newton – Op. Cit., p. 200.

27. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 77.

28. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 77.

29. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 78.

instituições. E mal a morte abatesse este reformador, a massa retornaria aos seus antigos costumes.”<sup>30</sup> Na passagem da hipótese mais ou menos inconsistente para a evidência, Maquiavel conclui que “com efeito, não há homem cuja vida seja longa o bastante para poder reformar um governo há muito tempo desorganizado; e se tal reforma não for feita por um príncipe longevo, ou durante dois reinados igualmente virtuosos, o Estado tombará necessariamente num abismo do qual só poderá sair às custas de muito esforço e de sangue derramado.”<sup>31</sup> No limite, a força imperativa pode resolver a situação desastrosa quando a habilidade política falha. Mas, a conclusão do capítulo redime o pensamento maquiaveliano ao esclarecer que a “corrupção e a inaptidão para a vida em liberdade provêm da desigualdade que se introduziu no Estado; para nivelar essa desigualdade, é preciso recorrer a meios extraordinários, que poucos homens sabem ou querem usar.”<sup>32</sup> – *Meios extraordinários?*

“De que maneira se pode manter o governo livre numa cidade corrompida; e como instituí-lo, se ela ainda não o tiver”, com esta interrogativa Maquiavel enlaça o capítulo 18 ao anterior. E garante que as “duas empresas apresentam igual dificuldade; e embora seja quase impossível propor regras fixas sobre este ponto, devido à necessidade de proceder segundo os diferentes graus de corrupção...”<sup>33</sup> Quando o povo se corrompe, as leis e instituições que regulavam o funcionamento da cidade, ao tempo em que os cidadãos eram virtuosos, tornam-se insuficientes. Em geral, as leis são alteradas para melhor adequação a nova situação. Ocorre, observa Maquiavel, que raramente as instituições também são modificadas de acordo com as novas exigências. Duas passagens recorrentes da história da república romana são ilustrativas. *Primeira*: “... em Roma havia instituições que regulavam o governo, ou seja, o Estado, e leis que ajudavam os magistrados a refrear as desordens, provocadas pelos cidadãos. As instituições abrangiam a autoridade do povo, do Senado, dos tribunos, dos cônsules, a maneira de eleger os magistrados, e o processo legislativo. Os fatos pouco mudaram essas instituições. O mesmo não aconteceu, contudo, com as leis que disciplinavam os cidadãos, como as leis sobre o adultério, o luxo, a conspiração e todas as demais que se tornavam necessárias devido à

---

30. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 78.

31. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 78.

32. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 78.

33. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 79.

mudança sucessiva dos costumes. Mas, como foram conservadas as instituições que não eram boas, no meio da corrupção geral, as novas leis não bastaram para manter os homens na virtude. Para fazer com que se tornassem inteiramente úteis, teria sido preciso que se mudasse ao mesmo tempo as antigas instituições.”<sup>34</sup>

*Segunda:* “Dois pontos principais demonstram que as mesmas instituições deixam de ser convenientes a uma cidade corrompida: a criação dos magistrados e o processo legislativo. O povo romano só concedia o consulado e as outras principais magistraturas da república aos cidadãos que as postulavam. Este princípio era excelente, pois só se candidatavam àquelas funções os cidadãos que se consideravam dignos, já que era uma vergonha o ser rejeitado. De sorte que, para merecê-las, os cidadãos se esforçavam por praticar o bem. Mas quando os costumes decaíram, este processo se tornou extremamente pernicioso. As magistraturas passaram a ser postuladas não pelos mais virtuosos, mas pelos mais poderosos; e os cidadãos sem recursos, ainda que dotados de todas as virtudes, não ousavam apresentar-se como candidatos, temendo ser rejeitados.”<sup>35</sup> Como não havia mais consideração pelo valor, ele foi trocado pelo favor, à *sombra do poder*. “Mais tarde, desceu-se ainda mais, passando-se a nomear os que ostentavam maior poder; de modo que pelo vício das instituições, os homens de bem foram excluídos de todos os cargos.”<sup>36</sup>

Maquiavel recomenda que a “reforma das instituições pode ser feita de dois modos: reformando-se todas elas ao mesmo tempo, quando se reconhece que perderam o valor, ou gradualmente, à medida que se lhes percebe os inconvenientes.”<sup>37</sup> Como as duas formas oferecem dificuldades, a “reforma parcial e sucessiva deve ser provocada por um homem esclarecido que saiba reconhecer de muito longe as dificuldades, logo que surjam.”<sup>38</sup> Mas, como quer o próprio Maquiavel uma dificuldade sempre arrasta seu par, pois para o caso, é “possível que nunca se encontre um homem deste tipo; se surgisse um só, não conseguiria convencer os concidadãos dos vícios identificados pela sua previsão. Quando estão

---

34. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 79/80.

35. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 80.

36. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 80.

37. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 81.

38. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 80.



habitados a uma certa maneira de viver, os homens não a querem alterar, sobretudo se não enxergam claramente o mal que se lhes insinua.”<sup>39</sup>

E quanto à reforma total “e imediata da constituição política, quando há convicção geral de que ela é defeituosa, é difícil efetuar-la mesmo se o defeito é evidente, porque para isto os meios ordinários são insuficientes. Torna-se indispensável o recurso a métodos extraordinários – as armas e a violência. Antes de mais nada, o reformador deve apoderar-se do Estado, a fim de poder dele dispor à vontade”<sup>40</sup> A exceção é a utilização da força, depois de esgotados os recursos da habilidade política.

Num jogo dialético entre bem e mal no universo da ação política, Maquiavel assegura que é “necessário ser um homem de bem para reformar a vida política e as instituições de um Estado; mas a usurpação violenta do poder pressupõe um homem ambicioso e corrupto. Assim, raramente acontecerá que um cidadão virtuoso queira apossar-se do poder por meios ilegítimos, mesmo com as melhores intenções: ou que um homem mau, tendo alcançado o poder, queira fazer o bem, dando boa utilização ao poder que conquistou com o mal.”<sup>41</sup> Como a dizer, que carecem os homens de bem da excessiva ousadia dos canalhas.

Frente a esta situação parece não haver republicanismo que resista absolutamente. E o florentino é forçado a deduzir, que “do que acabo de dizer, transparece a dificuldade, ou mesmo a impossibilidade, de manter o governo republicano numa cidade corrompida, ou de ali estabelecê-lo. De qualquer maneira, mais vale a monarquia do que o estado popular para assegurar que os indivíduos cuja insolência as leis não podem reprimir sejam subjugados por uma autoridade real.”<sup>42</sup> Conclusão melancólica, mas realista, pois pretender “regenerá-la por outro meio seria uma empresa muito penosa, ou absolutamente impossível...”<sup>43</sup> A trilha da liberdade encontrará luz novamente no capítulo 25, em que o jogo aparência-essência sugere a possível (e melhor) solução para a “reforma da antiga constituição de uma cidade livre”. Como quer o florentino, aquele “que pretendendo reformar o governo de um Estado, quiser ver seu projeto apoiado pelo assentimento geral, deve conservar pelo menos a

---

39. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 81.

40. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 81.

41. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 81.

42. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 82.

43. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 82.

sombra dos antigos costumes, para que o povo não suspeite de uma alteração – mesmo se a nova constituição for inteiramente diversa da antiga.”<sup>44</sup> Maquiavel apela então para a universalidade do seu argumento: “Todos os homens se importam com a aparência das coisas, tanto quanto com o que elas realmente são; e muitas vezes se interessam mais pelas aparências do que pela realidade.”<sup>45</sup> – *Eis a questão!*

O jogo aparência-essência implica em tomar a ação política como representação teatral, se é mesmo verdade que os homens se interessam mais pelas aparências... Assim, Maquiavel saltando da política para a religião, outra representação teatral, relembra que era celebrado “em Roma um certo sacrifício anual, que só podia ser oficiado pelo rei pessoalmente, para evitar que se lamentasse o não cumprimento do antigo costume pela falta de um rei, foi criado, para presidir a cerimônia, um ‘rei’ simbólico, subordinado ao sumo sacerdote. O povo podia assim assistir ao sacrifício, desaparecendo o pretexto de que o seu interesse significava um desejo de que retornassem os monarcas.”<sup>46</sup> Mesmo que o exemplo proposto esteja ancorado, em princípio, no universo da representação religiosa, a conotação política é inevitável. Conclui o florentino que é exatamente “o que devem fazer todos os que querem apagar mesmo os traços mais tênues dos costumes antigos, para substituí-los por novas instituições e um governo livre.”<sup>47</sup>

No jogo aparência-essência, que é vital para a ação política, toda a astúcia é pouca, pois como “as inovações terminam por transformar inteiramente o espírito dos homens, é preciso que haja um esforço para conservar o mais que se possa a antiga fisionomia do Estado.”<sup>48</sup> Destarte, assegura Maquiavel ser esta a ‘receita’ para aquele que pretende instituir um poder soberano – seja republicano ou monárquico. Mas, adverte para

44. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 95.

45. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 95.

46. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 95. A propósito conferir o capítulo 35 dos *Discorsi*, “Enganado por uma falsa aparência, o povo muitas vezes deseja sua própria ruína: é fácil movê-lo com promessas espantosas e grandes esperanças”. Resta saber se a recordação aludida tem alguma relação com a representação medieval dos “dois corpos do rei”, como quer Ernest H. Kantorowicz. Mas, certamente tem relação com a sempre atual teoria do ator exposta no *Paradoxo sobre o comediante*, de Diderot, de 1769.

47. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 95.

48. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 95.

o caso daquele que queira fundar uma autoridade absoluta, “que os autores chamam de tirania, pois ele precisará mudar integralmente todas as coisas...”<sup>49</sup> Assim, para Maquiavel aquele “que conquista o poder soberano sobre uma cidade ou um Estado, não tem meio mais seguro de se manter no trono do que pela renovação, desde o início de seu reinado, de todas as instituições – sobretudo quando o seu poder não tem raízes muito fortes. Deve, por exemplo, instituir novos magistrados com novas denominações; ou dar a riqueza aos pobres, como fez Davi, ao ser coroado... Será preciso também que construa novas cidades, destruindo as antigas; e que faça transportar os habitantes de um lugar para outro. Em poucas palavras, que não deixe coisa alguma intacta no novo Estado; que toda situação, autoridade ou riqueza seja devida ao novo soberano.”<sup>50</sup> Esta forma de encarar a tirania, mais objetiva e menos moralista, parece destruir o halo medieval acerca da imagem do governante que reforma absolutamente as instituições e leis até então vigentes. Talvez não seja propriamente por essas passagens que Maquiavel recebeu a alcunha de pensador maldito. Mas tal deve derivar mais precisamente de leituras obtusas do capítulo VIII de *Il Principe*, “Dos que alcançaram o principado pelo crime”, em que personagens políticas como Agátocles de Siracusa e Oliverotto da Fermo, ilustram a cena tirânica, plenos de poder, mas sem glória...

Contudo, é o próprio Maquiavel que, ao final do curto capítulo 26, desaconselha essas práticas, tomando-as como bárbaras, “contrárias à civilização”, anticristãs e anti-humanitárias. É que a lembrança de Filipe da Macedônia, zagal imprudente, que ‘passeava os cidadãos, de província para província, como um pastor a conduzir seu rebanho’,<sup>51</sup> desagrada o nosso autor.

E ainda o capítulo 49 fornece algumas pistas no desenvolvimento da questão da liberdade cívica, atrelada à fundação e conservação das cidades livres. Dá conta da situação das cidades criadas livres, como Roma, que encontraram dificuldades em promulgar leis que conservassem a liberdade, mas, tanto pior para aquelas, como Florença, que surgiram na servidão. Historiando, Maquiavel assentou: “O rumo e os progressos da república romana provam como é difícil organizar um governo livre, no

49. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 96.

50. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 97.

51. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 97.

qual todas as leis tendem à manutenção da liberdade”,<sup>52</sup> pois, “a cada dia o governo reconhecia alguma necessidade nova, que exigia a criação de novas instituições.”<sup>53</sup> Se as cidades criadas livres têm dificuldades em manter a liberdade, “não é de espantar que as cidades que nasceram na servidão sintam a quase impossibilidade de organizar uma constituição que lhes assegure a liberdade e a tranqüilidade.”<sup>54</sup>

Destas, Florença vem a ser o melhor exemplo que ocorre a Maquiavel. E neste passo ele insere uma crítica velada às idealizações dos humanistas cívicos florentinos. Uma vez que Florença foi originariamente “uma dependência do império romano; acostumada a viver sob um senhor, permaneceu longamente em situação servil, sem se ocupar com sua própria existência. Tendo chegado mais tarde à independência, desenvolveu uma constituição própria; mas as novas instituições misturadas às antigas, que não valiam de nada, não surtiram efeito. Foi assim que, segundo tradição segura, durante duzentos anos a cidade jamais teve um governante que lhe fizesse merecer o nome de república.”<sup>55</sup>

Maquiavel infere do passado histórico-político de Florença que as dificuldades enfrentadas por ela são as mesmas “enfrentadas por todas as cidades, que tiveram a mesma origem, e, embora muitas vezes um pequeno número de cidadãos tenha recebido, por livre escolha do povo, a missão de reformá-la, nunca se fez esta reforma visando ao bem comum, mas sempre ao benefício de um partido; assim em vez de repor a ordem na cidade, só se fez acrescentar à desordem.”<sup>56</sup> Deve-se concluir, que sem as vantagens sempre alegadas por Maquiavel acerca da desordem, como geradora de boas leis, e mantenedora ímpar da chamada liberdade cívica, nenhum Estado sobrevive. Observando o passado, Maquiavel anteviu o futuro: a liberdade cívica é o fundamento e o fim da vida política moderna.

---

52. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 159.

53. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 159.

54. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 160.

55. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 160.

56. MAQUIAVEL, N. *Discorsi*, p. 160.